

MEDIA SOCIAIS, LUSOFONIA E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS: AS RELAÇÕES DE CONCEITOS DE UMA INVESTIGAÇÃO INICIADA

RESUMO

São apresentados os conceitos principais de uma investigação de doutoramento que trata da situação da adoção dos media sociais (também conhecidos como Web 2.0) pelas principais instituições arquivísticas públicas de oito (8) países lusófonos. Os conceitos são media sociais, instituições arquivísticas públicas e lusofonia, juntamente com as problemáticas envolvidas na adoção e uso de cada um deles. Apresentados os conceitos, é feita uma reflexão breve sobre aspectos que justificam a relevância da pesquisa e dos produtos e resultados esperados ao final de sua execução.

PALAVRAS-CHAVE: Media sociais, Web 2.0, instituições arquivísticas públicas, lusofonia.

ABSTRACT

Presents the main concepts of a PhD research that deals with the role of social media (also named as Web 2.0) in the context of public archival institutions in eight (8) portuguese-speaking countries. The concepts are social media, public archival institutions and lusophony, along with the problems involved in the adoption and use of each. Presented the concepts, is a brief reflection on aspects that justify the relevance of research and the products expected at the end of this research.

KEYWORDS: Social media, Web 2.0, public archival institutions , lusophony.

INTRODUÇÃO

Com a Internet, novas possibilidades e mudanças surgiram para praticamente todas as áreas do conhecimento, incluindo o campo de estudos da comunicação e da informação, o que abrange a arquivística. Algumas dessas possibilidades e mudanças são decorrentes do fenômeno dos media sociais, que tornam a web social, oferecendo ao utilizador maior controle sobre as informações, incluindo aquelas disponibilizadas por terceiros, enriquecendo-as e combinando-as. Há uma espectro maior de ações informacionais e comunicacionais que podem ser executadas na Internet atual.

A demanda por acesso e participação junto aos conteúdos na Internet faz parte de um paradigma que os quadros funcionais das instituições arquivísticas podem até reconhecer, porém, a incorporação de funcionalidades de participação nos websites e instrumentos em linha de referência ao acervo é uma etapa ainda longe de ser uma realidade. Esse distanciamento entre o que seria a demanda de meios e formas de interação dos usuários acostumados à Internet atual e as possibilidades percebidas numa verificação preliminar dos websites dos arquivos distritais de Portugal¹ e, quatro anos antes, as encontradas nos websites de arquivos estaduais do Brasil (ANDRADE, 2010) é o primeiro sinal de uma carência de recursos de diversas ordens, que pode estar a existir nessas instituições.

De modo geral, as instituições arquivísticas iniciaram uma caminhada em direção a um melhor ecossistema tecnológico, que as permitissem participar do novo paradigma em curso. A criação ou adoção de plataformas digitais específicas para prover acesso aos acervos custodiados e aderindo às novas tecnologias que os usuários se acostumaram e passaram a usar em alta escala foi o objetivo comum para a maioria dos países.

No começo, os arquivos começaram a digitalizar seus instrumentos de pesquisa tradicionais, os guias, inventários, catálogos e listagens diversas. Versões digitais, quase tão estáticas como seus originais físicos, foram disponibilizados em terminais locais nas sedes das instituições arquivísticas para consulta. Um pouco mais de tempo e tais recursos saltaram para as redes, estando esses objetos digitais disponíveis para cópia. Das listas de documentos indexados até os bancos de imagens iniciais, levantaram-se diversos questionamentos relacionados à forma ideal de digitalizar, indexar, dispor e,

¹ Dados recolhidos no início de 2014, para trabalho de conclusão da unidade curricular Arquivos e Bibliotecas Digitais do Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, UPorto.

principalmente, conectar esses recursos custodiados pelos arquivos. A interoperabilidade apresentava óbvias vantagens, mas não poderia ser alcançada se diversos procedimentos não fossem padronizados. Sistemas que não podem “conversar” entre si não podem avançar a uma etapa de cooperação automatizada, alcançando novos resultados que antes eram quase impensáveis nos tempos dos instrumentos de referência em suportes tradicionais.

Não foram apenas as instituições que perceberam as facilidades que obtinham, caso adotassem procedimentos padronizados no seu cotidiano. Os utilizadores passaram a intensificar a demanda por padrões de descrição arquivística, de modo que não precisassem aprender a utilizar cada um dos instrumentos disponíveis em cada instituição que fossem, considerando que tais instrumentos eram criados normalmente ao sabor de práticas próprias de cada instituição.

A demanda por padrões também traz em seu bojo a esperança de um possível aumento de qualidade na representação da informação, visto que a variedade de competências entre os recursos humanos de cada instituição desbalanceava os níveis de eficiência da produção do processo de descrição arquivística entre elas, ou seja, alguns instrumentos de referência poderiam ser muitíssimo melhores do que outros entre diversas instituições arquivísticas observadas, por vezes até mesmo dentro da mesma instituição.

Com isso, a CIA (Conselho Internacional de Arquivos) criou um grupo de trabalho para desenvolver uma norma internacional de descrição arquivística, que não foi a primeira norma de uso amplo a ser criada, mas a proposta era desenvolver uma ferramenta colaborativamente e para ser usada em qualquer instituição arquivística do mundo, assim nasceu a International Standard for Archival Description - ISAD(G).

Uma vez que havia uma norma para criação de instrumentos legíveis por humanos, diversos motivos levaram a Library of Congress a reunir uma equipa destinada a criar um padrão de metadados que permitisse que diferentes sistemas informatizados especialistas pudessem trocar informações. Com isso, surge em 2002 a primeira versão da Encoded Archival Description (EAD-DTD)², um padrão de metadados para descrição arquivística baseada em linguagens de marcação de dados de uso abrangente na Internet (ANDRADE, 2007).

² <http://www.loc.gov/ead/>

Um padrão de metadados como a EAD-DTD é essencial para criar uma base de trabalho única no desenvolvimento de plataformas digitais destinadas aos conteúdos oriundos de documentação arquivística que apresente valor permanente. Trata-se do resultado de uma série de esforços de profissionais e pesquisadores que tiveram o objetivo de criar a possibilidade de acesso a acervos diferentes, remotos e diversificados em seus assuntos e instituições responsáveis e agora é peça fundamental para os principais software destinados à gerência, disponibilização e interoperabilidade de conteúdos com a natureza mencionada acima (RUTH, 2001).

Iniciativas como a ISAD(G) e a EAD-DTD foram importantes para padronizar e permitir cooperação entre os arquivos. Não se limitando a isso, permitiu que a CIA iniciasse em 2006 e em conjunto com diversas entidades a criação do ICA-AtoM³, um software livre destinado a uso em qualquer instituição arquivística que desejasse implantar uma plataforma digital baseada em padrões, funcional na Internet e aderente a diversos dispositivos de interoperabilidade, preservação digital e representação de informação disponíveis (ANDRADE, 2008). O sucesso do ICA-AtoM motivou o desenvolvimento da segunda versão do software, que está sendo utilizado em um website piloto do Arquivo Nacional canadense, o ArchivesCanada⁴.

De modo objetivo, buscar formas de cooperação é a linha de ação percorrida por boa parte das instituições e profissionais cuja atividade está ligada aos arquivos diante do cenário de desenvolvimento apresentado. Continuam a custodiar, ampliam as formas de prover acesso e percebem que o esforço será menor caso atuem coletivamente e adotando procedimentos padronizados, novas tecnologias e alcançando a Internet, um advento que funciona como propulsor de diversas mudanças comportamentais e balizando novos desenvolvimentos tecnológicos.

O momento é de mudança paradigmática, uma revolução tecnológica em pleno movimento e que não pode ser ignorada, tanto pelo sua expressiva força de alteração contextual quanto pelos resultados que permite se obter.

Após o período de acesso à informação estática na rede, nos primórdios da Internet, os usuários adotaram novas formas de utilizar a web. Passaram a participar da construção do conhecimento, uma vez que gradativamente se habituaram a comentar, agregar e reutilizar informação. Essa nova prática dita social e colaborativa se cristalizou como procedimento padrão e pode ser percebida desde o alto uso de redes

³ AtoM é um acrônimo para “Access to Memory”, ou Acesso à Memória.

⁴ <https://www.accesstomemory.org/pt/>

sociais até a presença de recursos de socialização em outros tipos de website, muitas vezes integrando parcialmente as redes sociais a outros ambientes virtuais – que é mais uma característica de uma web mais plástica que estática.

A mudança de paradigma tecnológico que afeta a sociedade em geral alcança o universo de utilizadores de instituições arquivísticas, no que diz respeito às mudanças no acesso e uso da informação dessas instituições. Ainda que haja os utilizadores tradicionais, costumazes e profissionais (por fazerem da pesquisa seu ofício) nessas instituições, as informações arquivísticas ampliam seu potencial de interesse e alcance ao público externo quando disposto na rede. Se as instituições arquivísticas já percebiam vantagens na adoção das tecnologias, agora elas estão em uma posição em que não podem medir esforços na apropriação das mesmas, sob pena de obter, se já não o têm, a alcunha popular de lugar obsoleto, aborrecido ou, infelizmente, até inútil.

As alterações comportamentais no uso da rede não irão voltar atrás, antes, estão a impor ritmo às instituições. No caso das instituições arquivísticas, algumas pesquisas iniciaram a exploração investigativa dos efeitos e consequências desse novo comportamento de uso da rede para as instituições que intencionam manter presenças virtuais na web.

A exemplo de pesquisas que tomaram como partida essa influência que os novos paradigmas estão impondo aos serviços, instrumentos e práticas de referência, temos Oliveira e Matos (2013) que analisaram os usos de media sociais por arquivos de tradição ibérica. Encontraram trinta (30) de quarenta e uma (41) instituições com presença na Internet, sendo que quinze dessas faziam algum nível de uso de media sociais. Mais uma investigação em linha parecida foi a de Andrade (2010), que levantou nos arquivos estaduais e nacional do Brasil, no que concerne a apropriação de recursos de socialização nos websites e instrumentos de referência dos acervos custodiados. Além disso, sabe-se de um texto de Nogueira (2010) discutiu aspectos do uso do Facebook (rede social), Youtube (comunidade de partilha de vídeos) e Flickr (comunidade de partilha de imagens) por parte das instituições arquivísticas, citando brevemente algumas situações relacionadas à Direção-Geral de Arquivos, Secretaria de Estado da Cultura de Portugal.

Outros trabalhos, como os de Elisabeth Yakel (2003; com SHAW e REYNOLDS, 2007), Peter Van Garderen (2006a; 2006b), propuseram como seria uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência onde o usuário participaria do processo de representação de informação contida nos acervos. Não apenas considerando

os instrumentos de referência, temos no texto de Huvila (2008) uma reflexão da descentralização curatorial, orientação radical das atividades ao utilizador de todo o processo arquivístico dos trabalhos da instituição considerando a mudança para um *arquivo participativo*. Mais recentemente, Liew (2014) continuaria afirmando sobre as vantagens e possíveis caminhos para a criação da cultura de participação numa comunidade em linha em torno de coleções e serviços digitais de instituições patrimoniais.

Quais conteúdos e serviços são oferecidos pelas instituições arquivísticas e quais as novíssimas formas de realizar esse oferecimento, observando o comportamento informacional que a sociedade passou a exercitar (de participação e colaboração). São essas as partes importantes para crítica de como os utilizadores dos arquivos estão sendo servidos atualmente e quais as suas reais expectativas no atendimento em linha.

Entender as instituições arquivísticas públicas e os seus utilizadores, dado o atual contexto de uso participativo e social da Internet, além de acompanhar essa demanda por socialização nos serviços de referência e acesso é um desafio institucional atual. Atender utilizadores levando em consideração os comportamentos informacionais do passado não é uma estratégia adequada, isso tornaria o atendimento desconfortável, inapropriado de tal forma que o usuário não teria a satisfação desejável para um cliente de serviço.

A busca pelo entendimento tanto da necessidade quanto do comportamento informacional de utilizadores de arquivo na atualidade não pode prescindir em observar o atual paradigma de uso da Internet.

Se antes o utilizador tinha por única opção se satisfazer com a informação entregue de forma estática, agora eles podem estar a desejar a informação interagindo com a plataforma, com a instituição e com as outras pessoas conectadas a este ambiente, como o corpo funcional da instituição e com outros utilizadores. O momento da pesquisa coincide com a mudança desejada do paradigma custodial para o pós-custodial para muitos arquivos. Há uma coadunação de interesses institucionais e das práticas atuais dos utilizadores em ambientes informacionais diversos e isso torna o tempo apropriado à investigação.

Instituições que acompanharem os utilizadores, mantendo-os confortáveis nas plataformas digitais e supridos de possibilidades participativas possivelmente estarão mantendo-os satisfeitos em boa parte no quesito experiência de uso da plataforma. E se o atendimento ao utilizador é o fim das instituições enquanto provedoras de serviços,

essas não podem ficar à margem desse movimento social da Internet, sob pena de serem rotuladas, como dito anteriormente, em instituições obsoletas e insuficientes, causando para si cada vez mais e maiores dificuldades em atuar na sociedade em rede.

Neste cenário, a proposta do trabalho de investigação a qual essa comunicação se refere será a de conhecer as instituições arquivísticas públicas lusófonas⁵, seus recursos, planos de ação gerenciais e os desejos de seus utilizadores na apropriação e uso dos media sociais. Isso permitirá entender as possíveis consequências dos rumos atuais e propor intervenções destinadas a melhorar os resultados no atendimento em linha em um momento de intensa valorização das possibilidades de socialização em rede, de oportunidades no alcance do público interno e externo e de cooperação interinstitucional em um cenário internacional com nível de semelhança cultural (a lusofonia) muito interessante.

1 ESTADO DA ARTE

Este trabalho pretende-se fundamentar na concepção de informação da Universidade do Porto, identificada em publicação de Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro (2008), além de reproduzida e apropriada em outros trabalhos publicados no âmbito do programa de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, sejam de discentes ou docentes do programa.

Com isso, é importante iniciar citando o conceito básico sobre o qual os outros deverão se conectar e permitir o desenvolvimento da investigação.

O conceito de informação parte do reconhecimento de sua substância originada a partir de um fenômeno humano e social, que pode ser observado cientificamente, potencialmente abarcando impressões, emoções e sentimentos descodificáveis e com propriedades denominadas como estruturação pela ação, integração dinâmica, pregnância, quantificação, reprodutividade e transmissibilidade (SILVA e RIBEIRO, 2008). Com isso, os autores indicam a definição que julgam mais apropriada, provavelmente ainda não a perfeita, admitem, mas alcançando um patamar adiante de onde outros conceitos alcançaram, sendo ela:

“conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos codificantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada”. (SILVA e RIBEIRO, 2008, p. 37)

⁵ Nesse projeto, as instituições arquivísticas nos países que adotam oficialmente a língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O supracitado conceito é alcançado após uma série de verificações críticas realizada por Silva e Ribeiro (2008), na qual são postas em discussão as definições encontradas na literatura do que informação seria: a escolha de uma mensagem dentre várias, sendo a escolhida uma que atenuaria uma determinada incerteza; o sentido atribuído a um dado, usando convenções para os representar; em terceiro, seria “a estrutura de todo o texto que é capaz de modificar a imagem-estrutura de um receptor” (p. 34); por último, a informação seria um conjunto de dados de valor para a tomada de uma decisão.

Diante do apresentado, é importante lembrar que a informação não deve ser confundida com o processo comunicacional. Também não deve ser confundida com a própria comunicação, ou mesmo o conhecimento, ainda que seja possível perceber dinâmicas entre elas.

A partir do entendimento da informação, apresentar-se-á a seguir os conceitos operatórios que deverão balizar a comunicação daqui em diante. A revisão de literatura não está concluída e é possível perceber neste momento que ainda há lacunas de entendimento e reflexão nos conceitos apresentados a seguir, além de haver alguma possibilidade de apresentarem-se necessários outros conceitos auxiliares, com o passar do desenvolvimento do trabalho.

A tríade media sociais, instituições arquivísticas públicas e lusofonia deverão criar o continente de discussão e crítica dos dados a serem obtidos, das conclusões a serem alcançadas e dos resultados e produtos que se espera desenvolver ao longo da execução da investigação aqui proposta. Essa comunicação apresenta alguma discussão inicial sobre os conceitos operatórios da investigação que se inicia.

Dessa forma, passa-se a seguir à apresentação dos aspectos concernentes a cada um dos eixos da dita tríade de conceitos que estrutura o corpo teórico que se espera utilizar.

2 MEDIA SOCIAIS

O tempo atual é o de profundas transformações para pessoas, organizações, tecnologias (em seus usos e aperfeiçoamentos) e as mudanças afetam aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais da sociedade contemporânea. Uma cultura de convergência de media, de participação e colaboração na construção de conhecimento,

serviços e produtos se desenvolveu no propício ambiente conectado que a Internet providenciou. Essa afirmação foi realizada anteriormente e convém reafirmá-la.

Durante muito tempo, a produção e consumo da informação obedeciam a determinados paradigmas que conformavam uma situação de existência de polo produtor e polo receptor distintos. A alteração da qual estamos falando rompe com esse paradigma e estabelece uma nova conformação, a de polos que ao mesmo tempo são produtores e consumidores.

As mudanças de comportamento foram levadas para situações do cotidiano. Se antes as pessoas dançavam em uma apresentação musical, agora elas estão fotografando, filmando e compartilhando esse conteúdo.

Também ocorreu a diminuição do anonimato. Nas salas de bate-papo de *Internet Relay Chat* (IRC), e outros canais de comunicação na Internet da década de 1990, o uso de *nicknames* era a regra. Alguns anos mais tarde, o Facebook faria com que as pessoas passassem a usar seus nomes e sobrenomes para se identificar, comunicar e compartilhar conteúdos (apesar dos *fakes* e algum nível de uso de nomes codificados que permaneceram em uso).

A privacidade como regra, como havia não mais que duas décadas atrás, é praticamente imperceptível agora. A máxima da Internet passou a ser a auto exposição. Quem ainda tenta preservar seu particular, passou a remar contra a correnteza e há quem profira o ditado: você pode correr, mas não pode se esconder (MEEKER e WU, 2013).

Se antes o fluxo de informação se dava predominantemente em apenas uma direção, agora o que se percebe é um multidirecional fluxo, no qual as pessoas colaboram e participam na produção, disseminação, tratamento e consumo da informação. Deixaram de ser apenas receptores para serem geradores de conteúdos.

Após a primeira fase da Internet, os usuários intensificaram a forma cooperativa de lidar com os conteúdos disponíveis na rede. As comunidades amadureceram e novas formas participativas de lidar com a informação foram estabelecidas na web, gerando um termo que passou a identificar esse conjunto de formas mais novas de colaborar, partilhar e utilizar informação: a Web 2.0, ou os media sociais.

O primeiro conceito operatório a ser apresentado, então, é o de media sociais: processos sociais de comunicação entre diversas pessoas utilizando como plataforma a Internet e seus aplicativos, essencialmente redes sociais e ferramentas de gestão de conteúdos que possuem recursos de socialização (como os usados em *blogs*, *wikis*, *social bookmarking* etc.).

Apesar de reconhecidamente de construção ainda frágil, o conceito de media sociais será usado para controlar e entender as dinâmicas desse fenômeno que é a participação e a socialização em rede, sendo utilizado para explicar o uso de instrumentos e as ações relacionadas com esses instrumentos para alcançar a manipulação dos conceitos de informação e comunicação em ambientes web contemporâneos que valorizam e habilitam as interações sociais e de participação. Uma construção mais sólida poderá ser perseguida no percurso do trabalho e espera-se poder contribuir com o entendimento desse constructo ainda maleável em demasia.

O termo Web 2.0, cunhado por volta do ano de 1998 e popularizado por O'Reilly (2006), é termo bastante utilizado na literatura em informação, comunicação e computação e será considerado neste trabalho como abrangido pelo conceito empregado de media sociais.

Media sociais é usado para indicar o novo momento da Web após as mudanças fundamentais de participação que essa incorpora a partir de um determinado momento de sua existência. As pessoas passaram de meros leitores de murais eletrônicos, os websites da forma como existiam, para partícipes da construção da rede de conteúdos da Internet dentro daquele ambiente que fora conhecido como vertente multimedia da Internet em seus primórdios (THEIMER, 2010).

As mudanças mais significantes foram listadas por uma série de autores, alguns utilizados nesta investigação até o momento, como Theimer (2010), Andrade (2010), O'Reilly (2006): a) A Internet como plataforma, que considera o acesso aos aplicativos e bancos de dados armazenados na própria web e não no computador do utilizador; b) abertura de padrões, códigos fonte e outros tipos, situação conhecida como *openness*, que atingiu entendimentos de governança privada e pública, como no caso dos dados governamentais abertos; c) conteúdos estruturados para compartilhamento, como no caso do RSS, em que se tornou possível acessar, combinar e reutilizar informações sem acessar o site de seu produtor da forma até então conhecida; d) experiência customizada para o utilizador, alterando a interface de acordo com preferências individuais do público; e) Integração entre utilizadores, como no caso das redes sociais e aplicativos de socialização e outros.

Entender os media sociais em suas manifestações e a dinâmica de seu funcionamento é importante para entender com o que estamos lidando. As instituições arquivísticas possuem o potencial de um ambiente interativo, social e de disseminação

de informação entre seus utilizadores e aos potenciais utilizadores que podem alcançar, local ou globalmente (HUVILA, 2008).

No final da década de 2000 e início da década de 2010, alguns estudos⁶ foram realizados sobre a adoção dos media sociais por parte de instituições arquivísticas. Um contributo importante foi desenvolvido e pode ser ampliado com a perspectiva de um momento em que as redes sociais se estabilizaram e se integraram a outros *websites* criando ambientes multipresentes de convivência em rede.

Há também alguns vislumbres de que a socialização começa a se desvencilhar das plataformas únicas, passando a se tornar mais plástica e móvel, como nas comunidades dos mensageiros instantâneos como *Whatsapp*, *SnapChat* e *Telegram*, onde grupos de convivência e partilha são criados e somem em alta velocidade, entre conhecidos de outros ambientes virtuais ou não virtuais.

Os dispositivos tecnológicos móveis criam outras condicionantes e dinâmicas, agora os consumidores de informação estão munidos de equipamentos portáteis que permitem criar conteúdos multimedia, em qualquer lugar e essa nova força será mais um fator de transformação na interação com as instituições, seus conteúdos e o círculo social.

Espera-se que esse esforço aqui proposto permita às instituições arquivísticas, especialmente as públicas, não apenas usufruir de entendimento atualizado sobre os media sociais como a chance de ponderar acerca dos contextos internacionais em que estão inseridos, como no caso da lusofonia. Com isso, promoções mais sólidas de partilha e cooperação se tornariam possíveis, desenvolvendo ambientes mais amplos e participativos e, finalmente, construir público cativo e colaborativo em um novo nível de escala em suas plataformas digitais.

3 LUSOFONIA

O trabalho possui ainda como um dos eixos de sustentação o conceito de lusofonia, cuja função inicial é o de delimitador de âmbito da investigação e elemento de reflexão sobre o espaço possível de cooperação interinstitucional.

A lusofonia aqui se refere a uma parcela da comunidade de falantes da língua portuguesa, restrita aos estados em que este idioma é o oficial, como Angola, Brasil,

⁶ A exemplo dos já citados Peter Van Garderen (2006a; 2006b), Elizabeth Yakel, Seth Shaw e Polly Reynolds (2007), Magia Gheto Krause e Elizabeth Yakel (2007), Ricardo Andrade (2010), Kate Theimer (2010; 2011) e Louise Oliveira e Teresa Matos (2013).

Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Além desses países citados, Bondoso (2013) reforça que a lusofonia é constituída ainda por regiões autónomas de países de herança cultural portuguesa, como a Índia (Goa e Malaca) e China (Macau), os países observadores como Senegal e Guiné Equatorial e a diáspora, que globaliza a língua portuguesa ao redor do planeta; esta vertente da lusofonia não será considerada para efeito desse projeto e sua execução, antes, será limitada aos Estados que adotem o idioma como oficial, conforme supracitado.

A lusofonia é o argumento primário para o recorte dos países que participam desse esforço de investigação, justificando a escolha dos espaços geográficos de onde as respectivas principais instituições alvo da análise serão selecionadas.

Com a massificação dos dispositivos de acesso à Internet e a rápida aplicação dos mesmos em todas as vertentes das atividades humanas, transformando práticas e abrindo novos horizontes de atuação, novas estratégias de organização e de apropriação do espaço/tempo na contemporaneidade. Pessoas de diversos países, culturas e interesses passaram a interagir remotamente, intensamente, a baixo custo, em tempo real e de acordo com seus interesses por meio das tecnologias (MACEDO, MARTINS e MACEDO, 2010).

Associar a nova realidade infocomunicacional ao fator identitário que um idioma comum como a língua portuguesa pode oferecer, abre condições para a ponderação acerca do contributo das tecnologias, especialmente os media sociais, na aproximação de cidadãos do espaço lusófono.

Algumas questões são inevitáveis dentro dessa conjuntura de pesquisa. Da dúvida sobre a capacidade ou possibilidade de aproximação entre falantes da língua portuguesa por meio da Internet, na qual questiona-se como essa aproximação poderia ocorrer, até se os conteúdos em português disponibilizados na Web e associados a aplicativos de socialização poderiam fomentar alguma consciência coletiva da chamada comunidade lusófona.

A lusofonia não é um conceito acabado e simples, antes é tido como de difícil construção. Normalmente figura em debates “evitados de grande motividade e dramatismo, retirando espaço à racionalidade e pragmatismo” (BONDOSO, 2013, pg. 33). Isso quando há demasiado apego às feridas do passado de relação colonial, apesar da inexistência de vozes racionais que defendam o retorno às centralizações e ao domínio depois de um processo iniciado a algo como cinco centenas de anos, quando do

início do florescimento das independências e da diversidade cultural desse espaço chamado lusofonia, que todavia, apenas finalizou muito recentemente.

A normalização das relações entre Portugal e outros países, principalmente aqueles cujos processos de independência se deram em meados da década de 1970, demorou a acontecer, particularmente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, conforme explica Bondoso (2013) em uma análise da conjuntura desde a Guerra Fria até tempos mais recentes que inclui a situação de Timor-Leste.

Como já se referiu, os lusófonos não são estritamente os lusitanos, mas o total de falantes e instituições de língua portuguesa, em âmbito global. Admite-se tanto as diferenças quanto as igualdades desenvolvidas no âmbito da comunidade lusófona ao longo da história e reforça-se o que é comum, sem esquecer a riqueza da pluralidade, como meio para a comunicação, solidariedade e colaboração.

A lusofonia se refere a um espaço geográfico e linguístico fragmentado, mas uno em boa parte por um passado e idioma em comum e um contemporâneo esforço de aproximação (SOUSA GALITO, 2012).

Entendido do que se trata a lusofonia e apresentado o papel que um idioma poderia ter na aproximação de povos, há que se perceber o potencial deste idioma, em particular no contexto da Internet.

Em 2010, a *Internet World Stats*⁷ averiguou que a língua portuguesa era o quinto idioma mais utilizado na Internet. Uma expressiva presença de mais de 82 milhões de usuários lusófonos, superados apenas por falantes do inglês, mandarim, espanhol e japonês e estando à frente de idiomas como o alemão, o árabe e o francês. Essa expressividade pode ser analisada sob diversos possíveis ângulos, como por exemplo, a possibilidade de considerarmos uma dimensão virtual da lusofonia (MACEDO, 2010), uma comunidade de usuários ao redor do globo que pode partilhar e usufruir coletivamente de conteúdos lusófonos, por assim dizer e ainda pontuar alguns valores do idioma que são comuns ou específicos aos países, tais como: o benefício ao povo brasileiro, que em grande parte apenas domina a língua materna; a propagação de valores culturais, dado que uma língua nunca é neutra; e o potencial econômico que abre a pessoas e empresas para internacionalização (BONDOSO, 2013).

Frente aos valores estratégicos, econômicos e culturais, a lusofonia pode ser considerada como ativo importante por parte das instituições que estejam sediadas nos

⁷ <http://www.Internetworldstats.com/stats7.htm>

países pertencentes. Muitas vezes ignorado em seu potencial, o idioma pode alavancar o alcance externo institucional e, neste trabalho, há a intenção de alertar as instituições arquivísticas para as possibilidades que o idioma oferece na tarefa da disseminação da informação que gerenciam.

Espera-se que durante a pesquisa novos fatores sejam encontrados e considerados como importantes na configuração do cenário de investigação. Como exemplo, já se considera previamente que os países que fazem parte do conjunto a ser investigado precisam ser conhecidos em seus aspectos legais e nas realidades operacionais em que se encontram. Das políticas para a Sociedade da Informação, que floresceram nestes países entre o final da década de 1990 até meados da década de 2000 (MACEDO, MARTINS e MACEDO, 2010), passando por políticas específicas de acesso à informação (como a Lei de Acesso à Informação, no Brasil, em 2013) e legislações relacionadas à gestão e preservação do patrimônio arquivístico. A vertente legal pode ser um dos fatores condicionantes de promoção, esforço ou dificuldade para ações de posicionamento estratégico na Internet por parte das instituições alvo dessa investigação, que são as instituições arquivísticas e isso deve influenciar diretamente no desempenho da adoção e uso dos media sociais.

Analisar os cenários locais e estabelecer conexões e desencontros existentes no plano maior da lusofonia é importante para reconhecer possíveis gargalos no processo de tráfego internacional de público entre as representações virtuais das instituições, notadamente nos media sociais que as instituições adotam ou que poderiam adotar para proporcionar esse efeito de interação cruzada entre os cidadãos lusófonos.

As instituições arquivísticas públicas deveriam considerar que seu público na Internet não é constituído apenas pelos conterrâneos nacionais, mas uma comunidade internacional de falantes do mesmo idioma, cuja identidade possui raízes comuns no passado, apesar da diversidade e pluralidade cultural que pode apresentar contemporaneamente. Essa conclusão poderia abrir novos caminhos em diversas direções.

Após criar mecanismos de atendimento em linha ao usuário local (mesmo que o local seja o âmbito nacional), o próximo e possivelmente mais fácil passo parece ser a busca pelo público lusófono internacional e não, necessariamente, o público internacional de falantes do inglês, o que talvez seja o que poderia estar ocorrendo, por mais importantes que seja no cenário global. A informação preparada para ser entregue durante o atendimento nacional pode ser quase que prontamente disponibilizado e

divulgado numa perspectiva internacional, para usuários lusófonos, sem necessidade de esforços maiores de tradução para idiomas diferentes, ação que é ainda mais crítica em cenários de limitações orçamentárias e infraestruturais, como pode ser o caso da grande maioria das instituições nos países lusófonos a serem investigados.

Há ainda espaço para criação de redes que estreitem o diálogo técnico entre as instituições lusófonas, com vistas ao alcance cruzado dos usuários de cada uma delas. Divulgação, entendimento, cooperação e atendimento entre instituições, acervos e usuários supranacionalmente poderia gerar resultados extremamente satisfatórios na compreensão histórica e desenvolvimento técnico, científico e cultural, dado que o universo lusófono está forte e indelevelmente ligado a um passado de raízes lusitanas comuns, apesar da construção identitária ter se dado independentemente, consolidando suas próprias nacionalidades, ainda que se reconheça que a construção da história de cada nação se estabelece em boa parte a partir de suas relações com outros grupos nacionais (CABECINHAS, 2006).

3 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS

Por fim, há o conceito de instituição arquivística pública, aquela que realiza a gestão dos acervos produzidos por outras instituições públicas de uma mesma esfera de poder, em função das atividades de uma administração governamental, possuindo o arquivo como atividade-fim. Além disso, esse tipo de instituição normalmente estabelece serviços para gestão e disponibilização dos acervos documentais sob sua guarda para a pesquisa histórico-cultural e apoio administrativo (MARIZ, 2012b).

As instituições arquivísticas nos moldes atuais consolidaram-se a partir da urbanização das sociedades, da formação dos estados nacionais e a progressiva criação de equipamentos públicos de naturezas diversas.

O momento temporal que se seguiu à era moderna foi marcada pela explosão documental, aprofundamento das competências do Estado e reforço do poder central. O enraizamento de uma burocracia cada vez mais complexa avançou, uma vez que as relações entre os cidadãos, empresas e governos se tornavam menos simplificadas que anteriormente, esse evento culminou no crescimento dos depósitos de documentos que contavam com aportes técnicos, humanos e infraestruturas especializadas no tratamento da documentação que era armazenada (DUCHEIN *apud* MARIZ, 2012a).

Ao final da idade moderna, apontada pelo término da revolução francesa, os arquivos franceses apresentavam novas características que influenciaram outros países: o arquivo nacional passou a ser órgão arquivístico central do Estado; afirmou-se a responsabilidade estatal na preservação do patrimônio documental e os cidadãos passaram a gozar do direito ao acesso a documentos públicos, superando as restrições anteriores com os decretos 2.541 de 3 de março de 1860 (que criou o compromisso de publicação de inventários e repertórios de documentos custodiados pela instituição) e decreto de 7 de messidor do ano II (25 de junho de 1794), que abriu ao acesso público os documentos sob custódia (ESTEVÃO e FONSECA, 2010; MARIZ, 2012b).

Não se pode deixar de lembrar que a influência francesa foi decisiva para a gênese de melhores práticas arquivísticas e de organização de instituições. Essa importância serviu até mesmo como argumento de autoridade no Brasil, quando se afirmava que a melhor prática possível era a francesa e, assim sendo, deixava-se claro e orgulhosamente, nas melhores ocasiões, que o modelo praticado era o francês (ESTEVÃO e FONSECA, 2010). Essa apropriação do modelo francês, no âmbito das instituições arquivísticas, foi reproduzido até, pelo menos, o final do século XX no Brasil, Portugal (MARIZ, 2012b) e, possivelmente, nos países africanos lusófonos.

Mariz (2012b) lembra que é preciso deixar clara a diferença entre as instituições arquivísticas públicas e os serviços de arquivo dentro das diversas instituições públicas de natureza diversa. O primeiro caso, que é o objeto que este projeto pretende definir e contextualizar, possui como atividade fim a gestão de acervos produzidos por outras instituições públicas, dentro do âmbito de uma mesma esfera de poder e estado. Os serviços de arquivo, por outro lado, são as atividades que, mesmo lidando com documentos públicos, está limitada a uma instituição específica e está caracterizada como atividade-meio da instituição, ou seja, a instituição possui como finalidade outra que não a gestão e preservação de documentos públicos, como administrar o transporte público, da limpeza urbana, das finanças ou outras atividades fim.

Do final do século XX em diante, a sociedade passou por um processo de valorização da informação e do conhecimento que determinou a ascensão destes insumos entre os ativos de valor reconhecido dentro da economia global. Os valiosos produtos materiais agora partilham a atenção das transações econômicas com os produtos intelectuais e virtuais, que passaram a ser necessários na manutenção das engrenagens econômicas contemporâneas. Nesse momento, uma transformação tecnológica de implicações semelhantes às do surgimento do alfabeto está a ocorrer, no

que toca sua importância histórica e na escala dos efeitos que provoca na comunicação humana e na acumulação e uso do conhecimento (CASTELLS, 2005).

Em paralelo às mudanças paradigmáticas tecnológicas, temos uma importante mudança em vista: a saída necessária das instituições e profissionais da perspectiva custodial e patrimonialista dos acervos, passando a concentrar atenção na perspectiva pós-custodial que pretende dispor o conteúdo ao acesso, avançando além da simples e insuficientes guarda e preservação.

A perspectiva tradicional custodial e patrimonialista foi diapasão maior, até este momento, para as práticas profissionais e os desenvolvimentos técnicos e científicos nos campos de estudos que se ocuparam dos documentos. Atualmente, já se percebe que o paradigma tradicional não é suficiente em uma sociedade cuja estrutura tecnológica tenha dinamizado o acesso à informação.

Alteraram-se as perspectivas de acesso e tornaram-se obsoletos os métodos de tratamento informacional que não tenham como pressupostos a facilidade de acesso e demais características que são apresentadas adiante, no decorrer da discussão efetuada neste trabalho.

As tecnologias da informação e comunicações foram incorporadas ao cotidiano das pessoas ao redor do planeta há algum tempo. A revolução tecnológica pela qual passamos caracteriza-se por seu evidente ciclo de aplicação de conhecimento e informação ao aparato tecnológico existente que gera um virtuoso de inovação dos meios e seus usos (CASTELLS, 2005).

Um único ambiente virtual, a Internet, acessível por meio de dispositivos pessoais portáteis, agregando experiências de inovação e reconfiguração nos usos e do próprio meio. O ciclo que ocorre quando da inserção de uma tecnologia em um cenário é observado por Castells (2005) nessa época, mas agora, por meio da reaplicação do conhecimento gerado, da nova etapa de desenvolvimento tecnológico, está a ocorrer muito rápido no paradigma tecnológico atual.

Considera-se que o atual abrir de portões dos antigos depósitos de documentos arquivísticos em suportes físicos (a saída da ênfase custodial para uma nova fase), no qual os conteúdos se beneficiam de diversas ações que possuem como objetivo conectá-los a uma era de acesso fácil, remoto, de certa forma irrestrito e veloz.

Diante das mudanças de paradigma antes comentadas, as tradicionais instituições arquivísticas se viram na oportunidade de alargar suas ações, ampliando o alcance de seus serviços e aproveitando o crescente avanço tecnológico deste período

para modernizar seu *modus operandi*. Essas instituições perceberam que seus acervos precisavam aproveitar as tecnologias que facilitavam o acesso; havia uma crescente demanda por isso. A perspectiva de difusão (além da de preservação) norteou uma urgência pela digitalização daquele conteúdo cujo acesso era apenas imaginado de ser realizado por pesquisadores profissionais, dentro dos espaços físicos das instituições e, normalmente, mantendo a sociedade em geral afastada dos registros de sua própria memória (MCCAUSLAND, 2011; SAMOUELIAN, 2009).

A percebida necessidade logo contagiou a grande maioria dos arquivos pelo mundo, não seria muito leviano dizer que a digitalização de acervos se tornou um objetivo quase que por si mesmo, para muitas instituições.

Fomentos diversos financiaram a aquisição de equipamentos de captura de imagem e repositórios foram criados sob a batuta de diversas metodologias, algumas mais responsáveis que outras. Bases de dados foram migradas, saindo de um modelo de acesso em terminais locais para a possibilidade de acesso em terminais remotos. Um primeiro passo da revolução foi dado, ainda que de forma um tanto trôpega em suas certezas metodológicas, situação justificável, visto que se tratava de uma novidade que supostamente solucionaria o marasmo milenar no que toca ao acesso. Tratou-se de um momento de experimentação entusiasmante, apesar de geradora de alguma apreensividade pelas equipes técnicas, mas que era alardeada como a ação necessária para a inevitável iniciação de uma era informacional em curso (YAKEL, 2003).

É importante se manter atento à afirmação de Castells (2005) de que a tecnologia não determina a sociedade e nem esta conduz a evolução tecnológica. A premissa de que não há uma ação determinista por parte da tecnologia é levada em conta neste trabalho. Antes de adotar a postura determinista, considera-se que há sempre uma interação complexa entre os atores envolvidos, que leva à repetição dos passos da demanda, uso e reuso dessas tecnologias.

Com isso, estabeleceu-se a caminhada dos arquivos em direção a um melhor ecossistema tecnológico que os permitissem participar do novo paradigma estabelecido, permitindo a criação de plataformas digitais específicas para o tipo de conteúdo custodiado e consonante às novas práticas de uso e desenvolvimento que os usuários se acostumaram e esperam das tecnologias de informação e comunicação.

Com a popularização da Internet, as instituições arquivísticas tiveram a possibilidade de criar sua presença *online* e, de fato, diversas dessas instituições de

custódia puderam anunciar de forma mais ampla do que antes a sua existência e apresentar os seus serviços por meio da *web*.

A etapa seguinte é avançar rumo às possibilidades de participação e colaboração, baseado nas premissas dos media sociais, sendo o momento no qual estamos e que não pode mais ser ignorado pelas instituições arquivísticas. Essa etapa seria lógica considerando as mudanças de comportamento de uso da Internet dos atuais usuários acostumados com a velocidade de acesso dos mecanismos de pesquisa atuais, com o Google e as funcionalidades de participação e socialização (SAMOUELIAN, 2009; THEIMER, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acervos de instituições patrimoniais são preservados para serem utilizados. Os quadros funcionais das instituições arquivísticas que gerenciam as políticas de tratamento do acervo normalmente entendem que a Internet permite expandir a audiência dos materiais que estão sob sua responsabilidade profissional (THEIMER, 2010).

A Internet é um ambiente poderoso para promover instituições, partilhar informações sobre acervos e alcançar os potenciais novos usuários, além dos tradicionais que sempre estiveram nos arquivos. Essencialmente, o que mudou para as instituições foi a forma como podem interagir com seus utilizadores.

Para Theimer (2010), os media sociais alteraram a forma como os usuários localizam os materiais que os interessam, o volume e forma de requisição. Além disso, as expectativas dos usuários estão inclinados a novas formas de condução do atendimento e da velocidade com que o processo de referência ocorre. A carga de trabalho, por assim dizer, move-se dos utilizadores para a equipe da instituição arquivística.

Ligar o utilizador ao material que o interessa não é mais suficiente quando o sujeito deseja partilhar com outros utilizadores suas elucubrações e conclusões, comentar situações e peculiaridades e debater sobre o assunto com a instituição ou com quem esteja virtualmente.

Caminha-se para uma situação na qual a interação participativa (uso dos media sociais) não será apenas uma adição ao *mix* de serviços, mas uma necessidade que, se não cumprida, passará a afetar a qualidade do atendimento, a visão dos utilizadores

acerca da instituição e a percepção pública ou governamental da viabilidade em manter a gestão tal como esteja. Em grande parte, essas mudanças influenciam na cultura organizacional e na forma como conduz-se o “negócio” da gestão de serviços nas instituições. Entender o tema e suas consequências no trato interno das instituições, significa alargar o conhecimento da área.

A investigação iniciada se propõe a auxiliar no cumprimento dessa tarefa: entender, a começar pelo espaço lusófono, as perspectivas dos utilizadores, a situação dos gestores nas instituições, as formas de apropriação dos media sociais no contexto institucional em questão e apontar um modelo que possa ser seguido para rápida e efetiva adoção, dentro das limitações encontradas na realidade que é o cenário geográfico e cultural da lusofonia, sendo ponto de inspiração para outras realidades linguísticas e culturais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. **Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web:** novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Instituto de Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia. Brasil. 2010.

ANDRADE, Ricardo Sodré. SILVA, Rubens R. G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. In: **Ponto de Acesso**, vol. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211>>. Acesso em: 01 de julho de 2014.

ANDRADE, Ricardo Sodré. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. In: **Ponto de Acesso**, vol. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1589>>. Acesso em: 27 de junho de 2014.

BONDOSO, António. **Lusofonia e CPLP.** Desafios na globalização: ângulos e vértices ou defeitos & virtudes de um processo intemporal. Lisboa: Edições esgotadas, 2013

CABECINHAS, R. Identidade e Memória Social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In: Martins, M., Sousa, H., & Cabecinhas, R. (Eds.). **Comunicação e Lusofonia:** Para uma abordagem crítica da cultura e dos media. Porto: Campo das Letras, 2006.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información:** La sociedad red. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manuel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. In: **Acervo**, v. 25, n. 1, p. 81-108, jan/jun, 2010.

HUVILA, Isto. Participatory archive: towards decentralized curation, radical user orientation, and broader contextualization of records management. In: **Arch Sci**, vol. 8, p. 15-36, 2008. Disponível em <<http://doi.org/10.1007/s10502-008-9071-0>>. Acesso em: 28 de junho de 2014.

KRAUSE, Magia Ghetu. YAKEL, Elizabeth. Interaction in Virtual Archives: The Pollar Bear Expedition Digital Collections Next Generation Finding Aids. In: **American Archivists**, EUA, vol. 70, 2007.

LIEW, Chern Li. Participatory cultural heritage: a tale of two institutions' use of social media. In: **D-LIB Magazine**, vol. 20, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/march14/liew/03liew.html>>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

MACEDO, Lurdes. Identidade e diversidade no mundo virtual. In: **Pessoa – revista de literatura lusófona**. 2010. Acesso em 14 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.revistapessoa.com/2010/11/identidade-e-diversidade-no-mundo-virtual/>>.

MACEDO, L.; MARTINS, M. L.; MACEDO, I. “Por mares nunca dantes navegados”: contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono. In: Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds). **Lusofonia e Sociedade em Rede, VIII Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**. Braga: CECS e Grácio Editor, pp. 11-39, 2010.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Internet e arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e lei de acesso à informação. In: **Ci. Inf. E Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 28-47, jul/dez, 2012a.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012b.

MCCAUSLAND, S. A future without mediation? Online access, archivists, and the future of archival research. In: **Australian academics & research libraries**, pgs. 309-319, december, 2011.

MEEKER, Mary; WU, Liang. **2013 Internet Trends**. Internet Trends 2013 Conference, 2013. Disponível em: <<http://www.kpcb.com/insights/2013-internet-trends>>.

NOGUEIRA, Marta. Archives in Web 2.0: New opportunities. In: **Ariadne**, n. 63, 2010. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue63/nogueira>>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

OLIVEIRA, Louise A. F.; MATOS, Maria T. N. de. Websites de instituições arquivísticas nacionais de tradição ibérica e ferramentas web 2.0: uma reflexão sobre a cultura participativa. In: **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 168 – 192, maio/ago, 2013.

O'REILLY, Tim. **Web 2.0 compact definition: trying again**. 2006. Disponível em: <<http://radar.oreilly.com/2006/12/web-20-compact-definition-tryi.html>>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

RUTH, Janice E. The development and structure of the Encoded Archival Description (EAD) Document Type Definition. In: PITTI, Daniel V.; DUFF, Wendy M. **Encoded Archival Description on the Internet**. New York: The Haworth Press, 2001.

SAMOUELIAN, Mary. Embracing Web 2.0: Archives and the newest generation of web applications. In: **The American Archivist**, vol. 72, 2009.

SOUSA GALITO, Maria (2012). Conceito de Lusofonia. In: **CI-CPRI**, 16, pgs. 1-21, 2012.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. 2. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

THEIMER, Kate. **Web 2.0 tools and strategies for archives and local history collections**. New York: Neal-Schuman Publishers, 2010.

THEIMER, Kate. What is the meaning of archives 2.0? In: **The American Archivist**, vol. 74, 2011.

VAN GARDEREN, Peter. Web 2.0 and archival institutions. 2006a. Disponível em: <<http://archivemati.ca/2006/05/08/web-20-and-archival-institutions/>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

VAN GARDEREN, Peter. Web 2.0 and archives access system. 2006b. Disponível em: <<http://archivemati.ca/wp-content/shockwave-flash/SAA2006.html>>. Acesso em: 20 mar. 2008

YAKEL, Elizabeth. Archival Representation. In: **Archival Science**, vol. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.

YAKEL, Elizabeth; SHAW, Seth; REYNOLDS, Polly. Creating the Next Generation of Archival Finding Aids. In: **D-LIB Magazine**, vol. 13, n. 5/6, 2007.